

PELA SALVAÇÃO DAS ALMAS: A PRESENÇA DE RELIGIOSOS NOS CAMPOS DE BATALHA DA GUERRA DO PARAGUAI

FOR THE SALVATION OF THE SOULS: THE PRESENCE OF
RELIGIONISTS IN THE BATTLEFIELDS OF PARAGUAYAN
WAR

Ana Paula Squinelo

Jérri Roberto Marin

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Correspondência:

Departamento de História

Cidade Universitária s/n

CEP: 79070-900 - Campo Grande, MS – Brasil

E-mail: apsquinelo@yahoo.com.br / jerrimarin@bol.com.br

Resumo

O artigo analisa a presença da Igreja Católica nos campos de batalha da Guerra do Paraguai e a atuação do clero no baixo Paraguai durante e após o conflito. Enfoca também o cenário religioso na província de Mato Grosso a partir de variados olhares: serviços prestados pelos Capelães militares e dos religiosos, regulamentações das suas atuações, dificuldades vivenciadas no “sertão” e no “teatro de operações” da guerra, cotidiano religioso, reorganização da presença da Igreja Católica após a guerra e a catequização indígena.

Palavras-chave: Igreja Católica; Capelães Militares; Guerra do Paraguai.

Abstract

This paper analyses the presence of the Catholic Church in the battlefields of Paraguayan War and the role of clergy in Low Paraguay during and after the conflict. It also focuses on the religious landscape in the province of Mato Grosso from different views: services provided by military chaplains and religionists, regulation of their actions, difficulties experienced in “backwoods” and in the “operations theater” of war, religious everyday, reorganization of the Catholic Church after war and the indigenous catechization.

Keywords: Catholic Church; Military Chaplains; Paraguayan War.

O Prata e a Guerra do Paraguai

A Guerra do Paraguai¹, conflito que atingiu a região platina entre fins de 1864 e início de 1870 legando aos países nela envolvidos, Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai, consequências pontuais no desenvolvimento do processo histórico de cada nação, desenvolveu-se a partir dos problemas que se desenrolaram no Prata, no limiar do século XIX, como por exemplo: o vencimento da moratória fronteiriça entre Brasil e Paraguai e também deste com a Argentina, sendo que nenhuma das pendências haviam sido solucionadas, e a morte de Carlos Antonio López, que foi substituído por seu filho Francisco Solano López, que na época, contava com 36 anos de idade e prometia dar continuidade à política do pai.

Entre os anos de 1862 e 1865, as contradições e os problemas existentes há décadas na região platina afloraram, ocasionando o conflito com o Paraguai. Em apoio a Venâncio Flores, em 12 de novembro de 1864, o Brasil invadiu o Uruguai, sendo que o Paraguai já havia alertado a Argentina sobre a necessidade de preservação da independência uruguaia. Essa intervenção brasileira foi vista, pelos paraguaios, como uma agressão e um ato de guerra.

Como retaliação, o Paraguai aprisionou, em Assunção, o navio brasileiro Marquês de Olinda, que transportava o novo governador da província de Mato Grosso, e no mês seguinte invadiu esta província, o que representou uma declaração de guerra. Com o objetivo de bloquear o Rio Grande do Sul e o Uruguai, que poderia ser utilizado para uma ofensiva brasileira, o governante paraguaio fez um pedido a Mitre para cruzar o território argentino, o que lhe foi negado. Solano López optou, então, pela invasão de Corrientes, em abril de 1865, como estratégia para a ocupação do Rio Grande do Sul, que se efetivou em maio do mesmo ano.

Em resposta às atitudes de Solano López, em 1º de maio de 1865, Brasil, Argentina e Uruguai assinaram o Tratado da Tríplice Aliança, que tinha como objetivo legitimar a Guerra com o Paraguai e, assim, submetê-lo ao sistema político-econômico dominante no Prata. Os aliados planejavam a derrubada de Solano López e a livre navegação dos rios da bacia platina. Desejavam, também, anexar aos seus territórios as terras litigiosas.

A maior parte do solo brasileiro não se constituiu em palco de guerra. Somente duas províncias vivenciaram episódios bélicos o Rio Grande do Sul e o sul de Mato Grosso; nesta última ocorreu o episódio da Retirada da Laguna (mai./jun. 1867), que retratou o fracasso da expedição brasileira organizada para deter o avanço paraguaio.

O Paraguai ocupou a região litigiosa do sul de Mato Grosso em duas frentes de ataque: por via fluvial e terrestre. Naquele momento a esquadra paraguaia foi derro-

¹ Conhecida também por Guerra da Tríplice Aliança, Grande Guerra, A grande guerra do Brasil, Guerra do Brasil contra o Paraguai, entre outras denominações, optamos por utilizar a expressão Guerra do Paraguai por entender que a própria nomenclatura relacionada a este conflito é alvo de inúmeras manipulações e divergências, configurando-se por si só objeto merecedor de pesquisa, entre outros fatores, por estar ligada intimamente à história política das nações diretamente envolvidas na contenda, a saber: Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai.

tada na célebre Batalha do Riachuelo, o que permitiu que os aliados cruzassem o rio Paraná em abril de 1866, iniciando, assim, a invasão do território inimigo; a partir desse momento, o rio Paraguai tornou-se palco de uma série de batalhas desenvolvidas entre as duas forças em conflito.

Do cerco promovido a Solano López nesses episódios, o governante paraguaio conseguiu escapar de Lomas Valentinas, refugiando-se na direção da cordilheira situada a leste de Assunção, cidade já ocupada pelo então comandante das tropas brasileiras, Marquês de Caxias, que considerou a Guerra acabada e retornou ao Brasil. O conflito findou em Cerro Corá, onde Solano López foi morto pelas tropas brasileiras. Com a morte do governante guarani, a discussão em torno da livre navegação no rio Paraguai foi dominada pelos países vencedores, particularmente Brasil e Argentina.

Os acordos de paz que se configuraram após a Guerra consolidaram os anseios dos grandes *leões platinos*. O Tratado de Paz e Amizade Perpétua e de Limites imposto ao Paraguai pelo Brasil e assinado em 09/01/1872 garantiu a esse último a posse do território entre os rios Apa e Branco, no atual Mato Grosso do Sul, conforme reivindicação anterior do conflito. Outro tratado, assinado em fevereiro de 1876, cedeu os territórios litigiosos das Misiones, entre os rios Bermejo e Pilcomayo, à Argentina. A área entre os rios Pilcomayo e Verde foi submetida ao arbítrio norte-americano, que concedeu a região ao Paraguai.

A Guerra do Paraguai no final do século XIX e, sobretudo, no decorrer do século XX, foi alvo de inúmeras manipulações ideológicas, estando sujeita ao sabor das interpretações históricas que, via de regra, atendeu a contextos políticos específicos e interesses oficiais, não só no Brasil, como também na Argentina, no Paraguai e no Uruguai.

A penosa e épica “Retirada”

Alfredo d'Escragolle Taunay participou como protagonista na Guerra do Paraguai, no episódio conhecido por *Retirada da Laguna*. Atuou como ajudante da comissão de engenheiros das forças que foram destinadas ao sul de Mato Grosso. Essa coluna, saindo de São Paulo, contou com o apoio de efetivos militares de Minas Gerais e Goiás. Ocorreu entre os anos de 1865 e 1867. Ingressou na coluna ainda muito jovem e presenciou grande parte das cenas desencadeadas no teatro de operações. Sobrevivendo à longa marcha, retornou ao Rio de Janeiro, onde por insistência de seu pai começou a escrever a obra que viria imortalizar a grande tragédia a que esteve submetido o exército brasileiro: *A Retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai*.

Esta obra é composta de lembranças que se mantinham vivas em sua memória, tendo em vista que começou a escrever suas reminiscências quando ainda possuía 25 anos de idade, como também contou com o apoio de anotações que registrava em um diário de campanha que fazia parte das obrigações profissionais.

Para entender como se deu essa construção faz-se necessário compreender o contexto histórico em que Taunay estava inserido quando produziu sua narrativa, procurando evitar, assim, o anacronismo. De acordo com Certeau², faz-se importante reconhecer o "lugar social" de onde o historiador elabora sua obra e com qual intenção o faz. Taunay foi um homem que viveu a consolidação, glória e desestruturação do Império brasileiro. Sua família mantinha estreitos laços com o Império.

Medeiros apontou que: "Seu avó, o pintor Nicolau Antônio Taunay (1755-1830), fora trazido da França com outros artistas pelo governo de D. João VI, para fundar, em 1816, a Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro"³.

Assim como seu pai e avó maternos estavam ligados à família imperial:

Quatro de seus cinco filhos permaneceram no Brasil, entre eles o pai do escritor, Félix Emílio Taunay (1795- 1881), também pintor e depois preceptor de d. Pedro 11. Por sua vez, o avô materno de Taunay, conde d'Escragnoille (1785-1828), era oriundo de uma das mais antigas famílias de Provença e chegara ao Brasil em 1808, junto com a coroa portuguesa⁴.

Taunay não era somente um homem ligado às estruturas imperiais, como também a defendia arduamente. Quando redigiu sua obra, a elaborou tendo como base suas reminiscências, o que leva a elucidar que não a produziu no "calor dos acontecimentos", isto é, não registrou suas impressões tal qual ocorriam e vivenciava. Ao recompor suas lembranças o autor esteve sujeito às falhas a que o substrato da memória nos expõe, mas ao mesmo tempo, o contexto propiciou que a remontasse de acordo com aquilo que queria preservar e registrar em sua obra.

A primeira versão da *Retirada da Laguna* data de 1868 e continha pouco mais de 50 páginas, sendo a versão integral datada de 1871. A primeira tradução para o português foi realizada, em 1874, por Salvador de Mendonça. Porém, foi a tradução de Ramiz Galvão, de 1915, que foi a mais difundida. Cabe ressaltar que a *Retirada* foi traduzida para diversos idiomas, e que no Brasil podemos averiguar inúmeras edições ao longo dos anos. Com a cristalização dessa obra, iniciou-se a construção épica da historiografia que aborda este tema. Portanto, no que tange à escrita da *Retirada*, vale frisar que o jovem tenente que a redigiu estava inserido em uma instituição militar e tinha como dever sua preservação. Por isso, procurou assegurar tanto a integridade do Império, como também a imagem, e a instituição à qual pertencia.

Nesse sentido, esse tipo de narrativa carece de respaldo científico, ou seja, esses autores utilizam-se, para redigir, de suas experiências cotidianas, no caso de Taunay a

² CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Tradução de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 66.

³ MEDEIROS, Sérgio. Introdução. In: TAUNAY, Alfredo d'Escragnoille. *A Retirada da Laguna: episódio da guerra do Paraguai*. Tradução e organização Sérgio Medeiros. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 10-11. (Retratos do Brasil).

⁴ Ibidem.

vivência do episódio que narrou; e, que elaborou sua narrativa com o intuito de legitimar as instituições que se apresentavam no cenário político brasileiro. A credibilidade do relato não é atribuída somente ao volume de fontes, aos argumentos e as interpretações, mas ao fato de ter estado lá, que certifica, por escrito, o testemunho único de situações presenciadas e vividas. O texto escrito consagra interpretações, representações e imagens da alteridade ao mesmo tempo em que, sempre, denuncia a presença de Taunay como autor. Os objetos para onde dirigiu seu olhar foram alterados pelos modos como o visualizou e representou a região e a guerra, pois o texto é o resultado das articulações de diferentes pontos de vista, de motivações, recortes e escolhas.

O exército brasileiro, durante o conflito com o Paraguai, não contava com uma estrutura material, seja em nível de armamentos, atendimento médico, abastecimento, entre outros; constituindo-se, assim, o conflito em uma sucessão de erros, improvisos e imprevistos, onde na maioria das vezes as decisões a serem tomadas eram pensadas, discutidas e ordenadas a metros de distância do teatro de operações. O episódio da *Retirada* não foge a essas constatações. Os oficiais do alto comando militar possuíam conhecimento da carência estrutural que tomava a coluna, nem por isso, deixaram de efetivar a marcha.

Em sua obra Taunay descreveu sobre o convívio com as populações indígenas e sobre as belezas e as cores das paisagens, dos rios, peixes, plantas, frutas e animais. Por outro lado, descreveu seu desagrado e repulsa com os insetos, com as matas fechadas e intransponíveis, as chuvas torrenciais, as enchentes, os terrenos alagadiços, representadas como “Malditas águas!”, enfim, um paraíso que também era inferno. Assim, encantamento e detração misturaram-se nas suas descrições da natureza: um sertão bruto, despovoado, intocado, belo e com diversas potencialidades econômicas a serem exploradas no futuro.

Taunay narrou, sempre com tristeza, todas as inquietações, problemas e enfrentamentos com os paraguaios. Sua narrativa reforça seu horror e a perplexidade diante da guerra, da situação desprivilegiada do Exército, da fuga das populações, da destruição das vilas, povoados e propriedades rurais e da proliferação das doenças e epidemias. Os corpos espalhados pelos campos e matas, sem serem sepultados, e a fumaça geradas pelos incêndios das edificações reforçavam as imagens de terror e de abandono da região e construiu o *outro* paraguaio, representado como incivilizado, incrédulo, invasor impiedoso que usurpava o território brasileiro e inimigo a ser derrotado. A vila de Miranda, por exemplo, teria sido destruída pelo fogo. As casas estavam abandonadas, as vias de comunicações obstaculizadas e as propriedades destruídas e despovoadas, pois todos teriam fugido e se refugiado em áreas afastadas. Para reforçar o cenário de horror descreveu que até a igreja matriz não teria sido poupada pelos “invasores”, que a teriam despojado dos sinos e demais artefatos religiosos e que os mesmos teriam sido levados a Assunção. A edificação teria sido toda arruinada. Nesse sentido, a indignação diante da destruição desse edifício, como estratégia narrativa, representava a barbárie dos paraguaios, que não respeitavam sequer as igrejas e, ao

mesmo tempo, a catolicidade do Autor, que seduzia seus leitores ao retratar os gritos das mulheres, o choro das crianças, o vozear dos índios, os desentendimentos diante das urgências e os medos que todos tinham das tropas paraguaias⁵.

Taunay, nas obras *Scenas de Viagem. Exploração entre os rios Taquary e Aquidauana no Distrito de Miranda e Dias de Guerra e de Sertão*, também retratou as dificuldades de deslocamento das tropas brasileiras, a escassez de alimentos e munições e o desconhecimento geográfico da região. Em *Retirada da Laguna* assumiu o fracasso da coluna, entretanto, narrou todo o desastre da *retirada* de forma romântica, épica e honrosa. O que se constituiu em um fracasso para o exército brasileiro adquiriu nas sucessivas páginas de sua obra, outra dimensão, qual seja, a do patriotismo, da glória, da honra, da defesa e da entrega pela Pátria. O atento leitor passará por suas páginas com o sentimento de que, por mais adversidades que a coluna tenha enfrentado, acabou por derrotar os paraguaios, alcançou Nioaque e cumpriu seu dever junto à Pátria. Forjavam-se, dessa forma, heróis nacionais e datas a serem comemoradas.

Taunay no período que esteve no palco da Guerra integrou a Comissão de Engenheiros e, em diversas passagens de sua obra nos legou suas impressões acerca dos aspectos religiosos, entre outros, que marcaram a fadada Coluna rumo ao Mato Grosso; uma leitura atenta da *Retirada* de Taunay permite-nos concluir que em momentos de Guerra era comum a presença de religiosos no cenário dos conflitos.

Em sua narrativa destacou a presença de religiosos, sobretudo a atuação do Frei Mariano de Bagnaia que era missionário em Mato Grosso à época da Guerra do Paraguai. A seguir, será analisado o cenário religioso numa fronteira que era disputada pelo Paraguai e pelo Brasil e a presença de religiosos nos campos de batalha da Guerra do Paraguai.

A religião integra a Guerra: capelães militares na Guerra do Paraguai

Em relação aos Capelães Militares Sganzerla afirmou que: “Se em todos os empreendimentos de Portugal havia a presença de um padre, necessariamente nas forças armadas o capelão militar devia acompanhar e fazer parte do comando. [...]”⁶

Nesse sentido ainda na primeira metade do século XIX as atividades, funções, direitos e deveres dos Capelães Militares foi regulamentada; tal fato foi disposto no Decreto n° 747, de dezembro de 1850⁷.

⁵ TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. *Dias de Guerra e de Sertão*. São Paulo: Melhoramentos, 1927, p. 63.

⁶ SGANZELA, Alfredo. *A história do Frei Mariano de Bagnaia: o missionário do pantanal*. Campo Grande: FUCMT, 1992, p. 129.

⁷ DECRETO n. 747, de 24 de dezembro de 1850. Rio de Janeiro. II Império. Acessado em 10/06/2013, 10h52min, <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-747-24-dezembro-1850-560178-publicacaooriginal-82804-pe.html>.

No que se relaciona a organização dos Capelães Militares o Decreto em seu Artigo 1º dispõe que:

Art. 1º Haverá quatro Classes de Capellães do Exercito: 1ª dos Capellães effectivos: 2ª dos aggregados: 3ª dos avulsos: 4ª dos reformados.

§ 1º Só podem pertencer á primeira Classe os Capellães capazes de todo o serviço de paz e de guerra.

§ 2º Passarão para a segunda os Capellães da primeira Classe:

1º que estiverem empregados por mais de hum anno em serviço alheio ao de Capellão militar,

2º que, por molestia continuada por mais de hum anno, se acharem impossibilitados de prestar serviço activo.

3º que, por se acharem prisioneiros de guerra, estiverem ausentes do Exercito por mais de hum anno.

§ 3º Pertencerão á terceira Classe os que, achando-se incapazes de serviço activo de paz e de guerra, puderem ainda prestar serviço moderado; bem como aquelles que deverem ser collocados n'esta Classe, segundo o disposto no Artigo 2º § 2º do Decreto Nº 260 do 1º de Dezembro de 1841.

§ 4º Pertencerão á quarta Classe os Capellães reformados⁸.

No Artigo 9º as funções a serem desempenhadas pelos Capelães são estipuladas e constituem-se em:

Art. 9º Os Capellães Militares são considerados como verdadeiros Parochos dos Corpos em que servem, e seus deveres principaes são: dizer Missa ás Tropas, confessa-las, dirigi-las em todos os actos religiosos, bem como nos principios da boa moral, convencendo-as sobretudo com o seu exemplo; acudir com os soccorros da Religião aos enfermos e moribundos, encommendar, e acompanhar os mortos a seus jazigos, sem que por taes actos recebem estipendio algum⁹.

Os quase seis anos que se alastraram a Guerra do Paraguai gerou inúmeras, mortes, doenças, tendo os soldados e militares de alta patente enfrentado dificuldades relacionadas à geografia, ao clima, a infraestrutura, a inabilidade do alto comando, o que por mais de um contexto gerou insegurança, discórdia e medo em relação às agruras vivenciadas no cotidiano do conflito. Nesse contexto, a presença do Capellão era fundamental para “acalmar as almas”: declamando palavras de força, coragem, ânimo e perseverança, minutos antes das tropas enfrentarem as batalhas esperava-se que essas servissem de motivação, mas também de consolo diante do destino que poderia abater a tropa em combate. Em momentos em que as doenças abatiam a tropa, como por exemplo, no caso da epidemia do cólera a presença do Capellão também fazia-se ne-

⁸ Ibidem.

⁹ Ibidem.

cessário, seja para invocar a proteção divina, seja para atender aos enfermos ou oferecer a extra unção no leito do moribundo.

Em suas Reminiscências sobre a Guerra do Paraguai o General Dionísio Cerqueira registrou a presença dos Capelães Militares; estabelecendo um paralelo com os cirurgiões que atuavam nos campos de batalha apontou que:

Se os corpos dos soldados feridos corriam grandes riscos, não ficavam as suas almas, crente e religiosas, livres dos temores das eternas penas. Os cirurgiões, ignorantes e sem alma, tinham seus *homólogos*, nos capelães militares. No meio dos abnegados sacerdotes que se chamaram Fidelis, Salvador, Serafim e outros, verdadeiros discípulos de Cristo, pela caridade evangélica, pela bondade sem limites e pelo valor, que dá a fé profunda, apareciam alguns, felizmente poucos, representando o que a humanidade pode produzir de mais abjeto¹⁰. (grifo do autor)

Embora Cerqueira reconheça o papel dos Capelães Militares junto às tropas aliadas registrou a figura de um religioso, que ficou conhecido entre os soldados e oficiais pelo pouco zelo no cumprimento dos seus deveres sacerdotais, da sua patente no Exército e dos proventos que recebia. O Capelão descumpria o Artigo 9º, do Decreto nº 747, que determinava a obrigatoriedade em socorrer moribundos e enfermos e, em caso de morte, encomendar suas almas e participar de todos os ofícios até o sepultamento dos corpos. Assim referiu-se Cerqueira:

Havia um [capelão militar], não lhe direi o nome porque todo o exército o conheceu e dele se lembra com desgosto, que, se era chamado alta noite para dar a extrema unção a um pobre filho do sertão, cheio de amor ao seu Deus e de fé na outra vida; em vez de palavras amigas de conforto para a derradeira viagem, lançava possesso e iracundo maldições como esta: *Vai para as profundas dos infernos. Estava dormindo tão bem e êste diabo agora é que se lembrou de morrer.* Êsse padre, desumano e cheio de vícios, morreu depois da guerra no posto de capitão ou major, deixando memória execrada¹¹. (grifo do autor)

A esses serviços prestados pelos Capelães era assegurado no Decreto o soldo e honras estipulados conforme a seguir:

Art. 10º Os Capellães effectivos do Exercito terão Patente correspondente á sua graduação, da qual não serão privados senão por sentença proferida em juizo competente. Gozarão das honras correspondentes á graduação de seu posto, e perceberão o soldo e mais vencimentos que competem aos Officiaes combatentes de igual Patente, da Arma

¹⁰CERQUEIRA, Dionísio de Castro Evangelista. *Reminiscências da Guerra do Paraguai – 1865-1870*. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, Limitada, 1948, p. 280. (Biblioteca Militar)

¹¹ Idem, p. 280-81.

em que servirem, tanto em tempo de paz, como no de guerra; com a diferença, porém, de que a gratificação addiccional será a que for marcada pelo Corpo Legislativo¹².

No desempenho de suas atividades os Capelães tinham que usar seus trajes a serem conforme fora normatizado pelo Decreto de 1850:

Art. 11º Devem usar dos distintivos seguintes: presilha e borlas de fio de ouro no Chapéu, laço nacional, e banda de retroz roxo com borlas de oito pollegadas de comprimento e grossura proporcional; sendo para os de graduação de Alferes as borlas com pêra e franjas do mesmo retroz, para os da graduação de Tenente as borlas com pêra de ouro e franjas de fios de prata; e para os da graduação de Capitão as borlas com pêra e franjas de fios de ouro¹³.

Em seu estudo sobre a presença de Capelães Militares na Guerra do Paraguai, Trevizan¹⁴ elegendo como fonte os Almanques do Exército Brasileiro dos anos de 1863, 1864, 1865, 1868 e, analisando-os apresentou dois quadros que permitem visualizar a presença dos Capelães Militares na Província de Mato Grosso; referente ao ano de 1863, para Trevizan o levantamento das fontes revelam um total de 37 Capelães Militares de diversas patentes que atuavam em diferentes regiões do Brasil, a saber:

NOME	LOCALIZAÇÃO
Capitão Padre Jeronymo Maximo Rodrigues Cardim.	1º Regimento de Cavalaria
Capitão Padre Manoel da Vera Cruz	5º Batalhão de Infantaria
Capitão Padre Francisco Pereira de Moraes Jardim	Batalhão de Caçadores da Província de Mato Grosso.
Capitão Padre Henrique Josino Pereira	3º Batalhão de Artiraria
Tenente Padre Francisco de Assis Cruz	12º Batalhão de Infantaria

¹² DECRETO n. 747, de 24 de dezembro de 1850. Rio de Janeiro. II Império. Acessado em 10/06/2013, 10h52min, <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-747-24-dezembro-1850-560178-publicacaooriginal-82804-pe.html>.

¹³ Ibidem.

¹⁴ TREVIZAN, Marcio Bogaz. Os Capelães Militares na Guerra do Paraguay – 1864-1870. *Anais do XI Encontro de História de Mato Grosso do Sul (ANPUH): História e diversidade: ensino e pesquisa nas fronteiras*. UCDB: Campo Grande-MS: 1 a 5 de outubro de 2012, pp. 1-12.

Tenente Padre Benedicto de Araujo Filgueiras	Corpo de Cavalaria da Província de Mato Grosso
Tenente José Candido da Guerra Passos	Corpo de Guarnição do Ceará
Tenente Antonio da Cunha Figueiredo	Em serviço na Fortaleza do Brum, em Pernambuco
Tenente Padre João Diniz da Silva	1º Batalhão de Infantaria
Tenente Padre Feliciano Ferreira de Carvalho	Corpo de Guarnição fixa da Província de Minas Gerais
Alfer Conego Manoel Joaquim da Silva Guimarães	Batalhão de Engenheiros
Alfer Padre Bento José Pereira	1º Regimento de Artilharia a Cavallo
Alfer Padre Lourenço de Albuquerque Loyola	9º Batalhão de Infantaria
Alfer Padre João Cyrillo de Lima	Batalhão de Caçadores da Bahia
Alfer Padre Joaquim Luiz de Almeida Fortuna	18º Batalhão de Fortaleza de Santa Cruz
Alfer Padre Eduardo Marcos de Araujo	Corpo de Guarnição da Parahyba
Alfer Padre Joaquim Verissimo dos Anjos	Na Província do Pará
Alfer Padre Antonio de Mello e Albuquerque	4º Batalhão de Artilharia a Pé
Alfer Padre Manoel Dias do Couto Guimarães	Corpo de Artífices da Corte
Alfer Padre Manoel Thomaz da Silva	2º Batalhão de Artilharia a Pé
Alfer Padre Francisco Rodrigues Ramalho	1º Batalhão de Artilharia a Pé
Alfer Padre Ignácio Francisco de Campo	Batalhão de Goyaz
Alfer Padre Thomaz Antonio de Moraes e Castro	Companhia de Caçadores do Rio Grande do Norte
Alfer Padre Thomaz Molina	Corpo de Guarnição de São Paulo
Alfer Padre João de Campos e Silveira	6º Batalhão de Infantaria

Francisco Antonio Henrique Lopes	2º Regimento de Cavalaria
Alfer Padre Joaquim Eloy de Medeiros	Batalhão de Depósito
Alfer Padre Joaquim de Araujo Rangel e Silva	Colonia Militar do Avanhandava
Alfer Padre Serafim Gonçalves da Silva Passos e Miranda	10º Batalhão de Infantaria
Alfer Padre Luiz de Souza Nogueira	Corpo de Guarnição do Paraná
Alfer Padre Cassiano Coriolano Colonia	Hospital Militar da Corte
Alfer Padre Francisco Pedro da Silva Nolasco	11º Batalhão de Infantaria
Alfer Padre Fancisco Maria Pereira da Cunha	Fortaleza da Lage
Alfer Padre Padre João Manoel de Menezes	Bahia
Alfer Padre José Joaquim Graciano de Pina	Província de Mato Grosso
Alfer Padre Theodolino Antonio da Silveira Ramos	Fortaleza do Cabedelho na Província da Parahyba
Alfer Padre Raymundo João de Oliveira	

Quadro 1: APUD: TREVIZAN, Marcio Bogaz. Os Capelães Militares na Guerra do Paraguay – 1864-1870, pp 5-6. **Fonte:** ALMANAQUE MILITAR PARA O ANO DE 1863. Organizado na terceira secção da 2ª Diretoria Geral. Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1863. p. 106 à 109.

A partir da análise dos dados sistematizados no Quadro 1, Trevizan concluiu que: “Dentre os capelães acima catalogados, 4 tinham a Patente de Capitão, 6 de Tenente e 27 de Alfer. Dadas as proporções do Império do Brasil, inferimos que o número de Capelães era irrisório para atender todos os setores das forças armadas”¹⁵. Dos Capelães elencados três atuavam na Província de Mato Grosso, número insuficiente para atender todas as necessidades. Em 1864, quando iniciaram os conflitos, o Exército contava com três Capelães. Esses, já atuavam em Mato Grosso e eram em número insuficiente para atender todas as necessidades dos militares nos campos de batalha. Segundo Trevisan:

¹⁵ Idem, p. 6.

No ano de 1864, ano em que se iniciou o conflito bélico Brasil – Paraguai, o Almanaque não registra quais sacerdotes estavam envolvidos nos combates. Dado que os primeiros conflitos entre o Exército Imperial Brasileiro e o Exército Paraguaio, se deram na Província de Mato Grosso, a partir da análise do material, inferimos que provavelmente estivessem envolvidos nos conflitos iniciais na Província de Mato Grosso, aqueles capelães que lá atuavam, isto é, o Capitão Padre Francisco Pereira de Moraes Jardim do Batalhão de Caçadores, o Tenente Padre Benedicto de Araujo Figueiras, do Corpo de Cavalaria da Província e o Alfer Padre José Joaquim Graciano de Pina do Hospital Militar da Província¹⁶.

Assim de acordo com Trevizan, com a intensificação dos conflitos e o deslocamento de diversos batalhões o número de padres foi incrementado, pois os Capelães acompanhavam seus batalhões:

No Almanaque de 1865, novamente não são registrados quais os sacerdotes que estavam atuando na Guerra, contudo na lista da Repartição Eclesiástica do Exército, figuram os mesmo sacerdotes ainda atuando na Província de Mato Grosso. Concernente ao ano de 1868, o Almanaque traz novidades no quadro de Capelães participantes no cenário da Guerra. Ao que tudo indica em virtude da intensificação dos conflitos foram deslocados diversos batalhões militares e juntamente seus respectivos Capelães. Além daqueles sacerdotes envolvidos nos conflitos desde o ano de 1864, novamente registrado no documento, este atesta a presença dos seguintes sacerdotes, explicitamente envolvidos “no exercito em operações no Paraguay” (ALMANAQUE, 1868, p. 322)¹⁷:

NOME	LOCALIZAÇÃO
Padre Tenente Joaquim Veríssimo dos Anjos	Província do Pará
Padre Tenente Manoel Thomaz da Silva	Província de Pernambuco
Padre Tenente Thomaz Antonio de Moraes e Castro	Companhia de Caçadores do Rio Grande do Norte
Padre Alfer Serafim Gonçalves da Silva Passos Miranda	10º Batalhão de Infantaria
Padre Alfer Francisco Pedro da Silva Nolasco	11º Batalhão de Infantaria

¹⁶ Idem, p. 6-7.

¹⁷ Idem, p. 7.

Padre Alfer Braulio Ludgero do Rego Monteiro	
Padre Alfer José das Dores Barata	
Padre Alfer Alexandre Jacintho Mendes	
Padre Belarmino Francisco Martins Gafanhoto	
Padre Alfer Américo Augusto de Carvalho Coelho dos Santos	

Quadro 2: APUD: TREVIZAN, Marcio Bogaz. Os Capelães Militares na Guerra do Paraguay – 1864-1870, p. 7. **Fonte:** ALMANAK MILITAR Para O Ano De 1868. Organizado na terceira secção da 2ª Diretoria Geral. Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra. Rio de Janeiro: Typografia da Viuva Paulo Brito, 1865. p. 322- 325.

As referências dos Quadros 1 e 2 permitem-nos concluir que embora os Capelães Militares fossem em um número reduzido levando-se em consideração a extensão geográfica do Império, a presença dos mesmos foi constante em vários Batalhões que se formaram e lutaram na Guerra do Paraguai, tendo inclusive estado ao lado das forças aliadas no teatro de operações que foi se configurando no desenvolver do conflito platino.

Os dados fornecidos por Trevisan são incompletos, pois dois Capelães Militares citados por Dionísio de Castro Cerqueira não constam nas tabelas acima. Entre os Capelães citados por Cerqueira estariam os capuchinhos Salvador María de Nápoles e Fidelis de Ávola, ambos de nacionalidade italiana¹⁸. Segundo Telesca, seis padres capuchinhos atuaram como Capelães do Exército Brasileiro¹⁹.

Para analisar a atuação de religiosos nos campos de batalha da Guerra do Paraguai, em especial o palco que se formou na Província de Mato Grosso, será enfocado o cenário religioso, a região e a presença e atuação do Frei Mariano de Bagnaia.

A Igreja Católica no baixo Paraguai

A presença da Igreja Católica no extremo oeste da América Portuguesa esteve associada, no século XVIII e início do XIX, aos interesses de Portugal em incorporar

¹⁸CERQUEIRA, Dionísio de Castro Evangelista. *Reminiscências da Guerra do Paraguai – 1865-1870*. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, Limitada, 1948, p. 280. (Biblioteca Militar).

¹⁹ TELESCA, Ignácio. La guerra contra la Triplice Alianza y después: continuidades y rupturas em la Iglesia Paraguaya. In: BORGES, Fernando Tadeu de Miranda; PERARO, Maria Adenir (Orgs.). *Brasil e Paraguai: uma releitura da guerra*. Cuiabá: Entrelinhas/EdUFMT, 2012, p. 27.

novos domínios às suas possessões territoriais e a expansão do catolicismo. As disputas com a Espanha tornavam a Igreja Católica, intimamente ligada aos reis de Portugal pelo direito do padroado, numa poderosa aliada na incorporação das terras e seus habitantes e para reconhecer no plano internacional o direito territorial sobre as terras conquistadas. Nesse sentido, a criação da paróquia de Bom Jesus de Cuiabá, em 1720, pertencente ao bispado do Rio de Janeiro, tinha como objetivo consolidar os interesses expansionistas de Portugal, expandir a presença da Igreja Católica no extremo Oeste, prestar assistência religiosa à população de Cuiabá e cristianizar as populações indígenas.

A prelazia de Cuiabá precedeu as das Capitânicas de Mato Grosso e Goiás, criadas pelo alvará de 9 de maio de 1748. O desmembramento eclesiástico e político, a ocupação efetiva, a criação de missões religiosas entre as populações indígenas e a elaboração de mapas e relatos sobre a região objetivavam respaldar as negociações diplomáticas com a Espanha (Tratado de Madri, em 1750). A ocupação efetiva e a colonização eram vistos como estratégicos para consolidar a posse, para ampliar as fronteiras e para neutralizar as pretensões dos espanhóis que contestavam os domínios portugueses. Sabe-se que as fronteiras continuavam imprecisas e as negociações diplomáticas continuavam para definir os territórios entre a América Portuguesa e Espanha (Tratados de Rio Pardo e de Santo Ildefonso).

Em 6 de dezembro de 1746, foi criada a prelazia de Mato Grosso, pela Bula *Candor Lucis Aeternae*, do Papa Benedito XIV, sob a jurisdição da diocese do Rio de Janeiro. A criação foi justificada pela extensão territorial da diocese do Rio de Janeiro, pelas distâncias entre o Mato Grosso e a Sé episcopal e para dinamizar a assistência religiosa à população, sobretudo aos indígenas.

Após a independência das colônias espanholas e a formação de Repúblicas independentes, entre 1816 e 1828, e a independência do Brasil, em 1822, as disputas territoriais persistiram entre o Império brasileiro e as Repúblicas fronteiriças. O Brasil, por herança portuguesa, defendia as posses pelo *uti possidetis* e pelas fronteiras naturais.

O bispado de Mato Grosso, em substituição à prelazia do mesmo nome, foi criado em 15 de julho de 1826 pela Bula *Sollicita Catholici Gregis Cura*, do Papa Leão XII, aprovado por lei em 3 de novembro de 1827. Seus limites eram os mesmos da Província, que se expandiam ao Sul, a Oeste e ao Norte, com a incorporação das terras conquistadas ao Paraguai e à Bolívia. O primeiro bispo foi D. José Antônio dos Reis, nomeado pelo Papa Gregório XVI, em 2 de julho de 1832.

Os limites da diocese eram os mesmos da Província, que se expandiam com a incorporação das terras conquistadas ao Paraguai e à Bolívia. Essas terras eram incorporadas à jurisdição da diocese de Cuiabá por meio da criação de novas freguesias eclesiásticas. Entre 1830 e 1843, por exemplo, o Império brasileiro e a República do Paraguai mantiveram pendências fronteiriças, que foram retomadas em 1844. As negociações resultaram na assinatura do Tratado de Aliança, Comércio e Limites, em 7

de outubro de 1844. No entanto, as negociações diplomáticas continuaram até a assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, em 6 de abril de 1856.

A criação de freguesias foi acompanhada também pela militarização das fronteiras, pela elevação à vilas os povoados existentes, a fim de criar instituições e divisões religiosas, policiais, judiciárias e administrativas, tais como municípios, comarcas, paróquias e distritos militares. Em 1845, por exemplo, Mato Grosso estava dividido em três distritos militares: Mato Grosso, Vila Maria e Baixo Paraguai, duas comarcas e quatro municípios. Legitimava-se, assim, a conquista territorial com a ampliação e incorporação, pelo Brasil, do território em litígio e de novas almas à Igreja Católica.

Nos núcleos e nos fortes militares do sul da Província de Mato Grosso os portugueses ergueram capelas para o culto religioso²⁰. Estas eram construções modestas, de pau-a-pique, em razão da precariedade da posse. Segundo Florence, o povoado de Albuquerque, por volta de 1820, “se compunha de quatro filas de casas em tórno de uma praça, uma capela que intitulam de igreja, e uma casa para militares”²¹. As capelas dos dois povoados denominados Albuquerque foram, com o passar do tempo, deteriorando-se e ameaçavam desabar, por não receberem manutenção. Com a fundação do Arsenal da Marinha de Ladário, em 1823 foi construída, pelos militares, outra capela. No forte Coimbra foi construída uma capela, onde foi colocada uma imagem de Nossa Senhora do Carmo²². Em Miranda, devido a inexistência de uma igreja matriz, foi solicitado ao bispo autorização para construir uma, sob invocação de São Benedito²³.

A presença da Igreja Católica estava associada à catequese indígena, à assistência religiosa aos militares e a seus familiares e à política de manutenção e de expansão das fronteiras. As missões indígenas tinham uma função estratégica e política, pois povoavam as fronteiras, auxiliavam no abastecimento das guarnições militares e forneciam soldados para a defesa das possessões lusas. Sabe-se que o aliciamento das populações indígenas era prática comum pela Coroa Portuguesa e, posteriormente, pelo Império²⁴. Em Albuquerque, os freis José de Macerata e Angelo de Nápoles fundaram, em 1815, a Aldeia Nossa Senhora da Misericórdia, que reuniu aproximadamente 1.400 indígenas Guaná. Os índios aldeados realizavam inúmeros trabalhos manuais e agrícolas, cuja produção era destinada ao abastecimento das guarnições

²⁰ Eram Albuquerque, Nova Albuquerque (Corumbá), Forte de Coimbra, Colônia Militar de Dourados, Nioaque e Presídio de Miranda.

²¹ MANIZER, Guenrikh Guenrikhovitch. *A expedição do Acadêmico G. I. Langsdorff ao Brasil (1821-1828)*. São Paulo: Nacional, 1967, p. 89.

²² Carta do Vigário Joaquim de Souza Caldas para o bispo de Cuiabá. Miranda, 24 de novembro de 1858. ACBM-IPDAC. Pasta 41, n. 1131.

²³ Segundo Silveira de Mello, a imagem foi entronizada no dia 13 de setembro de 1803. MELLO, Raul Silveira de. *A protetora do forte Coimbra*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1958, p. 8.

²⁴ Inicialmente foram convidados três sacerdotes Lazaristas europeus. Ao chegarem ao Brasil, não foram enviados ao Mato Grosso, pois havia sido nomeado o capuchinho José de Macerata e dois outros frades.

militares da fronteira. Frei José também atuava nas paróquias de Albuquerque, Miranda e Herculânea. Após sua nomeação como prelado da diocese de Mato Grosso, a aldeia por ele fundada foi abandonada.

Entre 1830 e 1843, o Império brasileiro e a República do Paraguai mantiveram pendências fronteiriças, que foram retomadas em 1844. As negociações resultaram na assinatura do Tratado de Aliança, Comércio e Limites, em 7 de outubro de 1844. No entanto, as disputas territoriais persistiram e as negociações diplomáticas continuaram até a assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, em 6 de abril de 1856²⁵. A militarização da fronteira foi seguida pela criação de várias freguesias eclesiais²⁶.

As primeiras freguesias do baixo Paraguai foram criadas na gestão de D. José Antônio dos Reis. Eram Albuquerque e Miranda, erigidas em 26 de agosto de 1835. A freguesia de Albuquerque tinha como filiais o forte Coimbra e Nova Albuquerque. O primeiro pároco assumiu em 22 de maio de 1836. Em 6 de novembro de 1872, a freguesia de Albuquerque foi extinta e passou a fazer parte da freguesia de Corumbá. A terceira freguesia foi Santana do Paranaíba, criada em 19 de abril de 1838, seguida de Coxim, que foi elevada em 6 de fevereiro de 1872²⁷. Em 24 de maio de 1877, foi erigida a freguesia de Nioaque, desmembrando o território de Miranda²⁸. Essas freguesias pertenciam a vigararias do baixo Paraguai, com sede em Corumbá.

Havia na diocese de Cuiabá 16 freguesias eclesiásticas e civis divididas em duas foranias: do alto e baixo Paraguai²⁹. Pelo recenseamento de 1872, havia na diocese dezessete padres seculares e dois religiosos, sendo dois estrangeiros. A maioria deste clero concentrava-se na cidade de Cuiabá. Segundo este censo, a Sé episcopal teria cinco sacerdotes, enquanto no sul teria apenas três, distribuídos em Corumbá, Miranda e Santana do Paranaíba. A população da Província era de 60.417 pessoas (excluindo-se as populações indígenas), concentradas em sua maioria em Cuiabá (35.987 hab.) e menor número nos demais municípios (24.430 hab.). Destas, apenas vinte e seis pessoas não professavam a religião católica. A proporção era de um padre para

²⁵ SILVA, Maria do Carmo Brazil G. *Rio Paraguai o 'mar interno' brasileiro: uma contribuição para o estudo dos caminhos fluviais*. São Paulo, 1999. 321p. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, pp. 165-170.

²⁶ Em 1835, o Presidente da Província transferiu o Quartel General do Comando do Forte Coimbra para Albuquerque (que retornou ao forte Coimbra em 1850). Corumbá passou a sediar duas unidades de Artilharia e o Corpo de Artilharia de Mato Grosso.

²⁷ A primeira capela foi inaugurada em 1870.

²⁸ O povoado de Campo Grande pertencia à freguesia de Miranda e após 1897, a Nioaque.

²⁹ Mato Grosso ou Vila Bela, Poconé, Albuquerque, Miranda, Paranaíba, Piqueri, Santo Antônio, Santana da Chapada, D. Pedro II, Guia, Livramento, Brotas, Rosário, Diamantino, da Sé, Vila Maria, Coxim e Nioaque.

3.179 habitantes³⁰. A maioria da população estava sem assistência religiosa, incluindo-se as populações indígenas.

Os edifícios religiosos em todas as freguesias eram de pequenas proporções, em geral de pau-a-pique ou taipa, cobertos de palhas ou telhas e poucos tinham sinos. Os cemitérios se encontravam em mau estado de conservação e a maioria não era cercado, infringindo, dessa forma, a normas da Igreja Católica. A assistência religiosa era efetuada por Capelães Militares e pelos párocos, mas a maioria ficou vacante e recebia visitas esporádicas de padres. A população ficava por longos períodos privada dos serviços religiosos, que se limitava à administração de alguns sacramentos e à catequese indígena. A escassez de padres permitia a atuação e a presença de religiões concorrentes e de agentes religiosos leigos, como curandeiros, feiticeiros e indivíduos que se faziam passar por padres.

A partir de 1847, atuaram na diocese de Cuiabá freis Capuchinhos³¹. Em 29 de dezembro de 1848, D. José Antônio dos Reis concedeu aos freis Mariano de Bagnaia e Antônio de Molineto as faculdades de missionários apostólicos, ou seja, missionários da *Propaganda Fide*, podendo atuar em toda a diocese³². Sua presença atendia duas funções catequéticas: “[...] ou como se dizia sua freguesia terá dupla característica de ação missionária, uma mais voltada para os índios e outra para a população de civilizados”³³.

Com o intuito de desenvolver sua ação missionária:

Inicia entre os terenas e constrói uma capela dedicada a São Francisco de Assis, onde em pouco tempo realiza mais de 300 batizados. As diversas aldeias na periferia de Miranda eram constituídas por mais de 2500 índios. Então seu apostolado era feito em grupos menores, com isso aproveita a oportunidade e constrói capelas em todos os núcleos³⁴.

As faculdades recebidas do bispo eram amplas, mas justificavam-se em face da escassez de padres, da extensão territorial e das dificuldades de comunicação com a sede episcopal. Posteriormente, os freis foram enviados ao sul da Província, onde se dedicaram à catequese e ao trabalho paroquial. Frei Mariano fundou a Missão Nossa

³⁰ BEOZZO, José Oscar. Decadência e morte, restauração e multiplicação das Ordens e Congregações Religiosas no Brasil 1870-1930. In: AZZI, Rioldo (Org.). *A vida religiosa no Brasil: enfoques históricos*. São Paulo: Paulinas, p.85-129, 1983, p. 97.

³¹ Eram os Freis Mariano de Bagnaia, Antonio de Molineto, Ângelo de Caramonica e Anselmo, dentre outros. Eles foram nomeados pelo governo imperial, por aviso do Ministério do Império de 12 de maio de 1847.

³² Frei Antônio atuou no baixo Paraguai, como pároco de Miranda até 1851, quando se transferiu para Albuquerque, a fim de dedicar-se à catequese dos Guaicurus e, em 1855, transferiu-se para o norte da diocese (paróquia de Mato Grosso).

³³ SGANZELA, Alfredo. Op. Cit., p. 191.

³⁴ Ibidem.

Senhora do Bom Conselho, entre os indígenas Kimikinao, Guató e Guaná³⁵. A aldeia chegou a reunir 3.000 índios. Entre 1851 e 1854, foi construída uma escola, uma igreja, um centro de artes e ofícios e foi organizada uma banda de música. Em 1856, ocorreu uma seca, seguida de um ataque de gafanhotos. Os indígenas foram obrigados a procurar alimentos nas matas, desorganizando a missão. Consideradas as dificuldades com o diretor dos aldeamentos e a manutenção da missão, o frei Mariano consentiu que os índios a abandonassem³⁶.

Em 23 de setembro de 1859, D. José nomeou frei Mariano pároco de Miranda e vigário forâneo de todo o baixo Paraguai, e o Estado nomeou-o diretor dos índios, cargo que ocupou até 1864³⁷. Assim, estava confiada ao missionário a catequese entre os índios e toda a ação da Igreja no baixo Paraguai. Após enfrentar inúmeros obstáculos naturais para chegar a Mato Grosso, tais como distância geográfica, inexistência de estradas, isolamento e o ataque de insetos, estabeleceu-se em Miranda, onde deu início à construção de uma igreja. Um dos seus projetos foi a construção de uma Igreja em Miranda e, em outubro de 1864, de acordo com Sganzerla, Frei Mariano registrou em suas correspondências que teria: “[...] concluído a torre da igreja e colocado um sino de 400 libras que comprou em Assunção e está esperando outro de 700 libras que comprou no Rio de Janeiro e que está em Corumbá”³⁸.

O objetivo da catequese indígena era sedentarizar essas populações nas imediações de Miranda, cristianizá-los e ensinar trabalhos manuais a fim de criar uma mão de obra numerosa, que seria empregada nas lavouras, pecuária, navegação fluvial, trabalhos domésticos, entre outras atividades. Como decorrência, foi criada a missão dirigida por frei Mariano. A população branca e indígena civilizada da região era estimada em 8.000 habitantes. O crescimento demográfico era baixo, em virtude da alta mortalidade infantil, maior entre os brancos do que entre os indígenas. De acordo com o frei Mariano, a evangelização era dificultada pelo isolamento, pela dispersão da população, pela rarefação demográfica, pela falta de meios de transporte e de comunicação (o rio Miranda era o meio principal), pelos obstáculos naturais (ataque de animais selvagens, insetos), pela resistência indígena à ocupação de suas terras e à ação missionária e pela recusa da população em internalizar as normas católicas. Os militares, aventureiros e fazendeiros eram constantemente admoestados pelo frei, que os considerava moralmente desregrados, tornando-se obstáculos à catequese indígena. No aldeamento, em 1860, havia 1.228 adultos e 278 crianças³⁹.

³⁵ Frei Mariano fundou o aldeamento em 1849 e o dirigiu até 1859.

³⁶ SGANZERLA, Alfredo. Op. Cit., pp. 182-190.

³⁷ Frei Mariano foi nomeado, em 1859, pároco de Miranda, Diretor dos aldeamentos e Vigário Forâneo de todo o baixo Paraguai. Nessas funções permaneceu até 1864, quando foi preso e levado a Assunção pelos paraguaios.

³⁸ SGANZERLA, Alfredo. Op. Cit., p. 194.

³⁹ Relatório do presidente da Província de Mato Grosso, o coronel Antonio Pedro de Alencastro, na abertura da sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial de 3 de maio de 1860, pp. 13-14.

Na década de 1850, outros padres diocesanos aturam na diocese, porém alguns foram acometidos por doenças, entre elas a maleita, que dificultando sua ação pastoral, como Joaquim de Souza Caldas e Benedito Araújo Filgueira. Em 1860, no sul da Província, atuavam apenas dois padres, exceto os Capelães Militares: freis Mariano e Ângelo. A maioria das paróquias estava vacante porque os padres não tinham como sobreviver com os réditos que eram pagos pelo Estado. Em geral, os padres que atuavam na região não cumpriam sua missão e descuidavam-se das suas obrigações. Segundo Sganzerla, um Capelão Militar fora preso por má conduta. Outro, por envolver-se em intrigas teria sido atingido por uma espada, e o frei Ângelo, que prestava assistência na missão do Bom Conselho, estava em constante confronto com a população de Albuquerque e com os indígenas. Ele contraíra várias dívidas, não pagara os credores e criou inúmeros conflitos e inimizades. Sua atuação, pouco condizente a dignidade sacerdotal, ocasionou uma sindicância instalada pelo Presidente da Província⁴⁰. Frei Mariano também tinha seus opositores. Schneider relata uma passagem em que frei Mariano foi ameaçado com um tapa por um transeunte, numa rua de Corumbá⁴¹.

Muitos padres obrigavam-se a ir a Mato Grosso porque não tinham outro emprego e quando podiam, deixavam a região. Houve casos de missionários que foram presos; muitos participavam de bailes e envolviam-se em jogatina. Outros, que se dedicavam à catequese entre os indígenas, abandonaram a batina, casaram-se com indígenas e deixaram numerosa descendência⁴². As distâncias geográficas, os riscos de vida e as privações tornavam-se empecilhos aos possíveis candidatos, que se recusavam em aceitar cargo tão oneroso. Como decorrência, o clero não gozava de prestígio entre a população e o pouco zelo contribuiu para inibir a vida religiosa. A maioria dos padres retornava à Corte por não se adaptarem ao clima, ao isolamento e às condições de trabalho. A escassez de padres e dificuldade em provê-las fez com que as paróquias ficassem vacantes durante várias décadas, a catequese indígena fosse abandonada e apenas uma pequena parcela da população fosse assistida.

Outro problema enfrentado pela Igreja era a dificuldade de comunicar-se com a sede episcopal. A situação das paróquias era precária, pois os sacramentos eram administrados gratuitamente, em virtude da falta de recursos da população. Entre o vice-prefeito e o clero, as relações nem sempre eram amistosas. Muitas vezes, os religiosos realizavam atos considerados “irregulares, escandalosos e condenados pelos Cânones e pela legislação”, como regularizar concubinato ou realizar casamentos sem terem jurisdição⁴³. Os padres agiam independentemente, sem autorização do vigário forâneo ou do bispo. Essa situação foi retratada por frei Mariano:

⁴⁰ Para resolver o conflito Frei Ângelo foi transferido pelo Presidente da Província para a Colônia Militar de Dourados. Ibid., p. 192-196, 260.

⁴¹ SCHNEIDER, José III centenário da igreja de Nossa Senhora da Candelária: 1877-14 de outubro - 1977. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. N. CIX - CX, Ano L, p. 24-50, 1978. p. 25.

⁴² SGANZERLA, Alfredo. Op. Cit., pp. 324-25.

⁴³ Arquivo da Diocese de Corumbá, documento de 15 set. 1871.

Atribuo a falta de comunicação em que se encontra este abandonado lugar, que além de todas as privações, é ainda incomunicável. Fico perplexo com a censura à privação de solução às consultas que tenho feito. O capelão militar de Corumbá me dirigiu nesta data um ofício [...] e respondi a ele que estes papéis devem ser dirigidos a quem compete. Ele ficou contra mim [...] não mando as quantias [...] pela distância ou pela pobreza do povo que não tem o indispensável para viver. A miséria está crescendo. A igreja de Miranda é tão pobre que nem sobrepeliz tem⁴⁴.

Em 1862, frei Mariano estabeleceu a sede da Comarca Civil e Eclesiástica em Miranda, que contava, naquela época, com oito aldeamentos indígenas⁴⁵. Devido a escassez de clero as paróquias de Albuquerque e Corumbá foram anexadas a Miranda. Em 4 de março de 1864, ele foi nomeado visitador episcopal por D. José Antônio dos Reis, a fim de amenizar a privação de assistência religiosa dos diocesanos. Frei Mariano realizou várias visitas pastorais às cidades da comarca do baixo Paraguai (Coxim, Campo Grande, Nioaque, Corumbá, Aldeia do Bom Conselho e Albuquerque), onde administrava, com autorização episcopal, inclusive o sacramento da confirmação. Em suas viagens pastorais, designava sacristãos para conservar a igreja e coordenar as funções religiosas e indicava comissões de leigos para reformar ou construir igrejas ou capelas. O número de edifícios religiosos era pequeno, os cemitérios eram mal conservados e, muitas vezes, foram construídos em locais impróprios. Nas igrejas, faltavam alfaias, confessionários e imagens religiosas e havia a ausência de irmandades religiosas⁴⁶.

Entretanto as notícias da ocupação paraguaia deixou Frei Mariano receoso, e preocupado com seus paroquianos o Frei refugiou-se junto a esses:

[...] às margens do Miranda na localidade chamada Salobra. Como tivesse cuidados pela sua paróquia de Miranda invadida, tentou implorar clemência aos invasores. Nada conseguiu, pelo contrário, foi preso e levado a Nioaque, depois para as margens do Apa e em seguida para Assunção onde já estava preso o Pe. Ângelo de Caramãnaico⁴⁷.

De acordo com Alfredo d'Escagnolle Taunay foi aprisionado em 22 de fevereiro de 1865 e permaneceu como prisioneiro até 16 de agosto de 1869. O “[...] padre Mariano deixou as margens do rio Salobra, e entregou-se espontaneamente aos para-

⁴⁴ Carta dirigida ao bispo Diocesano por frei Mariano em 19 de janeiro de 1860. AAC. 061, Cartas Recebidas (1860-1863). Citado por: SGANZERLA, Alfredo. Op. cit., p. 251.

⁴⁵ Frei Mariano construiu em Miranda a igreja matriz de Nossa Senhora do Carmo e a capela de São Francisco. Nessa capela frei Mariano batizou, ao mesmo tempo, 300 índios Terenas.

⁴⁶ Arquivo da Diocese de Corumbá, documentos de 19 abr. 1882; 10 ago. 1882; 15 ago. 1882.

⁴⁷ SGANZELA, Alfredo. Op. cit., p. 294.

guaaios, para solicitar-lhes compaixão em favor da desgraçada paróquia [...]”⁴⁸. Quanto a Ângelo de Caramânico, foi degolado em Asunción. Taunay, na obra *A Retirada da Laguna*, citou como foi encontrada a igreja de Nossa Senhora do Carmo, em Miranda, após a ocupação da região pelos paraguaios. Estava com os “altares derrubados, as imagens santas despojadas dos adornos, enfim tôdas as mostras da profanação”. Restavam as paredes laterais, o esqueleto da torre, o galho de folha de flandres e uma cruz esculpida no alto do frontão. A igreja também fora profanada pela ocorrência de um assassinato em seu interior⁴⁹. No forte Coimbra, após a ocupação das tropas paraguaias, em 29 de dezembro de 1864, a capela de Nossa Senhora do Carmo foi destruída. A imagem da santa havia sido trasladada, juntamente com as imagens religiosas da capela de Albuquerque, para Cuiabá no episódio da evacuação do forte pelos militares e civis. Essas imagens foram levadas pelos militares e por parte da população do Forte Coimbra e de Albuquerque a Cuiabá. Ao chegarem, em 6 de janeiro de 1864, foram recebidos pelo bispo como heróis e, em procissão, as imagens foram trasladadas a igreja de São Gonçalo. Posteriormente foram trasladadas para a Catedral de Cuiabá, onde permaneceram até 1874, quando foram novamente trasladadas aos seus locais de origem⁵⁰.

Durante a ocupação paraguaia parte da população foi presa e enviada para Asunción, Paraguai, e as igrejas e as capelas foram destruídas e saqueadas⁵¹. Os registros paroquiais foram queimados e desorganizaram-se os serviços religiosos.

Taunay que acompanhou a Força Expedicionária organizada para “salvar” o Mato Grosso dos paraguaios, assim relatou suas impressões quando a Coluna atingiu o povoado de Miranda:

Encontramos Miranda destruída. Os paraguaios incendiaram a vila antes de se retirar: parte das construções fora queimada, mas havia nelas sinais inequívocos de uma decadência anterior ao incêndio e que se seguira a uma época inicial de desenvolvimento e prosperidade. Outrora a população de Miranda devia ter sido numerosa. Algumas residências confortáveis ainda permaneciam de pé, e, no lugar de uma antiga fortaleza, um quartel outrora sólido, mas agora bastante danificado pelo fogo, fechava uma praça de onde partiam duas ruas que terminavam no átrio da igreja paroquial, ladeadas ambas por casas quase contíguas. Restavam da igreja as paredes laterais, a estrutura da torre com seu galho de zinco e uma cruz esculpida no alto do frontão. Fora construída por um virtuoso missionário italiano, frei Mariano de Bagnaia, que empregara na obra não apenas dinheiro das escolas recolhidas por ele

⁴⁸ TAUNAY, Alfredo d’Escragnolle. *A Retirada da Laguna: episódio da guerra do Paraguai*. Tradução e organização Sérgio Medeiros. São Paulo: Companhia das Letras, p. 44. (Retratos do Brasil)

⁴⁹ TAUNAY, Alfredo d’Escragnolle. *A retirada da Laguna*, p. 34.

⁵⁰ MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Notícia sobre a Província de Matto Grosso seguida d’um roteiro de viagem da sua capital a São Paulo*. São Paulo: Typografia de Henrique Schorender, 1869, p. 279. MELLO, Raul Silveira de. *A protetora do forte Coimbra*, pp. 19-20.

⁵¹ As igrejas de Corumbá e Miranda foram destruídas e as de Nioaque, de Albuquerque e da missão do Bom Conselho foram danificadas.

próprio em toda região com labor e zelo infatigáveis, mas também parte de seus modestos honorários de cura. Algum tempo antes, os tristes restos desta igreja pilhada pelos paraguaios, que levaram até os sinos, haviam sido testemunhas de uma cena merecedora de menção⁵².

Aliada a essas impressões sobre a ocupação de Miranda, Taunay registrou que ao entregar-se aos paraguaios o primeiro gesto de Frei Mariano ao entrar no vilarejo:

[...] foi correr até a matriz, sua grande preocupação. Deparou ali com um espetáculo desolador: altares derrubados, imagens santas despojadas de seus ornamentos, todos os sinais da profanação. Diante desta cena, foi tomado por um tal sentimento de indignação e desespero, que não pôde resistir e pronunciou em voz altissonante, na presença do chefe paraguaio e de seus homens, um anátema solene contra os autores daquele atentado⁵³.

De acordo com Taunay:

Todos ouviram cabisbaixos, como se aquela voz severa fosse a voz de um dos padres que, em tempos passados, haviam catequizado seus ancestrais. O comandante esforçou-se para convencer o missionário de que os mbaiás eram os únicos responsáveis por aquilo⁵⁴.

Entretanto ainda de acordo com o escritor da Retirada:

Em prantos, o santo homem corria de um altar para outro, como se quisesse verificar todos os ultrajes feitos aos objetos de sua veneração; só depois deste exame minucioso das indignidades cometidas foi que se resignou finalmente a celebrar o santo sacrificio da missa, preparando o local da melhor maneira possível⁵⁵.

Aprisionado e levado para o Paraguai, Frei Mariano foi libertado pelo exército brasileiro apenas em 16 de agosto de 1869.

Sobre tal fato Sganzerla narrou que:

O Frei Mariano de Bagnaia foi por ordem superior encerrado numa casa velha, há muito tempo abandonada, sob cujo assoalho as cobras tinham feito seus esconderijos. Deram-lhe por cama um catre velho e nojento, infectado por uma infinidade de percevejos, pulgas e outros insetos⁵⁶.

⁵² TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. *A retirada da Laguna*, pp. 43-4.

⁵³ *Ibidem*.

⁵⁴ *Ibidem*.

⁵⁵ *Ibidem*.

⁵⁶ SGANZELA, Alfredo. *Op. Cit.*, p. 200.

Cerqueira narrou que quando da ocupação de Caacupê que consistia no arsenal de Francisco Solano López, e local no qual fabricavam armas portáteis e canhões, encontraram:

[...] grande quantidade de máquinas e material mal acomodados em galpões de ligeira construção e mal abrigados. [...] Acharmos muitos prisioneiros, nossos compatriotas. Entre êles, estava um frade capuchinho, Frei Mariano, que caíra nas mãos das forças de Barrios, na invasão de Mato Grosso⁵⁷.

E, continuando, diferenciou o sacerdote do soldado; para Cerqueira:

Aquêle, com hábito de burel mais gasto, mas com o corpo, bem fornido de suas carnes, alegre e risonho; os outros esqueléticos, macilentos e ademaciados parecendo ter perdido a lembrança do sorriso e com o corpo retalhado de cicatrizes dos tangentes do fero Ditador. Dizem que mais de um morreu de alegria, passando das trevas ao desespero à luz viva de esperança de viver⁵⁸.

Segundo Sganzerla, Frei Bagnaia teria conseguido fugir em meio a um confronto ocorrido entre brasileiros e paraguaios no local em que se encontrava prisioneiro; em meio à confusão:

[...] Frei Mariano teria se lançado nas águas e nadando atravessou para o lado onde estava o exército brasileiro e vinha gritando o seu nome, ao que os soldados imediatamente o recolheram, dando-lhe os primeiros socorros. Assim ele mesmo o descreve. E as forças armadas brasileiras destacaram um alto oficial para conduzi-lo a Assunção onde se encontravam vários capuchinhos como capelães militares, e depois de certo tempo pelo próprio controle do exército foi reconduzido ao país⁵⁹.

No Paraguai, a destruição propiciada pela guerra também desorganizou a Igreja Católica. A instituição estava subordinada ao Estado, portanto a maioria do clero apoiou Francisco Solano López. Desses, apenas 31 padres sobreviveram, sendo 29 de nacionalidade paraguaia e um italiana. Mais de 80 padres teriam morrido durante o conflito, sendo 17 no campo de batalha, 24 executados por López por crime de traição à pátria e 39 teriam desaparecido. Após o término do conflito, 8 padres teriam morrido, alguns permaneciam exilados e outros retornaram ao país. Em 1877, mais de 40 padres atuavam no Paraguai, sendo a maioria recém ordenado e de nacionalidade estrangeira, sobretudo italiana. O Capelão Militar brasileiro Fidelis de Avola permaneceu no Paraguai e atuou na reorganização da Igreja Católica naquele país, pois o

⁵⁷ CERQUEIRA, Dionísio de Castro Evangelista. Op. Cit., p. 382.

⁵⁸ Idem, p. 383.

⁵⁹ SGANZELA, Alfredo. Op. Cit., pp. 202-3.

bispo Manoel Antonio Palacios tinha sido fuzilado por Francisco Solano López. Sua presença foi apoiada por parte do clero que sobreviveu ao conflito, porém a maioria não aceitava sua autoridade por ser estrangeiro e com o agravante de ser brasileiro. O Estado e o clero desejavam um bispo de nacionalidade paraguaia, o que foi conseguido posteriormente⁶⁰.

Após o término da guerra, frei Mariano foi nomeado, em 3 de novembro de 1869, vigário encomendado de Corumbá e Miranda, vigário forâneo e visitador da comarca eclesiástica do baixo Paraguai e vice-prefeito da Missão Apostólica dos Capuchinhos de Mato Grosso⁶¹. O papa Pio IX expediu uma carta congratulatória pelos seus feitos durante o conflito⁶². Entre 1874 e 1884, frei Mariano foi Capelão do Arsenal da Marinha e Capelão do II Batalhão estacionado em Corumbá. Pelos serviços prestados, frei Mariano foi nomeado Pregador Imperial e agraciado com o título de Major do Exército Brasileiro, em 8 de outubro de 1873. Em 1885, frei Mariano foi nomeado Cavaleiro Salvador, como benemérito da Grande Associação dos Capelães Honorários⁶³. O acúmulo de funções em torno de frei Mariano denunciava a escassez de padres e a dificuldade de encontrar candidatos que se dispusessem a atuar no Mato Grosso.

Ao reassumir a Comarca, ele se dedicou à reconstrução de igrejas, capelas e cemitérios, à reorganização dos arquivos paroquiais, ao trabalho pastoral e à organização da forania do baixo Paraguai. A situação foi considerada precária: “A Comarca toda destruída. Logo tratei de, por ordem do bispo, restabelecer o culto em todas as paróquias, o que fiz e com bastante frutos em todas elas”⁶⁴. Dos objetos levados para o Paraguai, apenas dois sinos retornaram, sendo destinados a Miranda e a Corumbá, respectivamente, locais de onde haviam sido retirados. As capelas de Albuquerque e da missão do Bom Conselho não estavam destruídas, mas encontravam-se arruinadas. A capela de Nioaque fora transformada, pelo exército brasileiro, em depósito de munição e outros objetos, entre eles o instrumental das bandas de música, conservando-se em melhores condições. Porém, os paraguaios, ao ocuparem a povoação, teriam saqueado parte da munição e dos objetos. O exército brasileiro, ao reconquistar a região, procurou resgatar o que havia sido deixado. Ocorreu, contudo, que um soldado acendeu um isqueiro que encontrou no chão. O fogo teria se espalhado e, diante do perigo

⁶⁰ TELESKA, Ignácio. La guerra contra la Triplice Alianza y después: continuidades y rupturas em la Iglesia Paraguaya. In: BORGES, Fernando Tadeu de Miranda; PERARO, Maria Adenir (Orgs.). *Brasil e Paraguai: uma releitura da guerra*. Cuiabá: Entrelinhas/EdUFMT, 2012, pp. 26-27, 43.

⁶¹ Frei Mariano recebeu posteriormente inúmeras condecorações no Brasil e no exterior. Cf. SGANZERLA, Alfredo, Op. Cit., p. 245.

⁶² SCHNEIDER, José. III centenário da igreja de Nossa Senhora da Candelária: 1877 – 14 de outubro – 1977. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. N. CIX – CX, Ano L, p. 24-50, 1978. p. 25.

⁶³ Entre as igrejas construídas por frei Mariano, estão a de Nossa Senhora da Candelária, na paróquia de Santa Cruz de Corumbá (inaugurada em 1877), Nossa Senhora da Conceição, no Estabelecimento Naval do Ladário (1874), e a de Nossa Senhora do Carmo, em Miranda (1870).

⁶⁴ BAGNAIA, M. Diário, p. 159. Citado por SGANZERLA, Alfredo, Op. Cit., p. 207.

iminente, os oficiais determinaram que a igreja fosse desocupada. Segundo Taunay, “pouco faltou para que todo o edifício voasse aos ares; foram as paredes sacudidas, mas o conjunto resistiu”. No incêndio teriam morrido quinze soldados⁶⁵. Os objetos sacros saqueados não foram recuperados após o término do conflito.

Em Corumbá foi construída uma capela de pau-a-pique provisória para a realização dos ofícios religiosos, sob as invocações do Divino Espírito Santo e de Nossa Senhora da Candelária. A Comissão responsável pela construção da igreja congregava maçons, revelando seu bom relacionamento com a Igreja Católica. A maioria dos recursos para a construção da igreja⁶⁶ e da residência de Mariano, em Corumbá, foi fruto de doações e de recursos particulares do próprio frei. Os ofícios religiosos nas igrejas eram realizados esporadicamente, por ocasião das visitas pastorais. Inicialmente Bagnaia residiu em Miranda e, posteriormente, transferiu-se para Corumbá, onde coordenava as demais freguesias. Como pároco e visitador episcopal realizava viagens pastorais que duravam vários meses. Para chegar a Coxim, por exemplo, demorava um mês para chegar de canoa. Em 1882, realizou uma visita episcopal que durou cinco meses⁶⁷.

No forte Coimbra, uma nova capela de Nossa Senhora do Carmo foi construída provisoriamente com recursos provenientes de uma subscrição realizada entre os militares e civis que trabalhavam ou residiam ali. Porém, a capela não tinha altar, objetos litúrgicos e paramentos. Em 1874, a imagem foi trazida de Cuiabá até Corumbá e, após, foi levada até o forte com grande pompa. Os festejos e as cerimônias contaram com a presença do bispo de Cuiabá D. José Antônio dos Reis, de autoridades militares e civis, de veteranos da guerra e atraiu a população local. Frei Mariano esteve presente na entronização da imagem na capela provisória em 2 de agosto de 1874, quando celebrou missa e benzeu o forte e a capela⁶⁸. Em carta dirigida ao bispo solicitou que o bispo encaminhasse um pedido ao Ministério da Guerra para que fosse providenciado objetos litúrgicos, paramentos e móveis para a referida capela. Na ocasião, foi informado que seria construída uma nova capela no mesmo local da anterior que tinha sido destruída⁶⁹.

Frei Mariano era o único pároco de todo o baixo Paraguai e todas as paróquias estavam anexadas a Corumbá, por falta de padres. Posteriormente, em 1874, passou a auxiliá-lo o padre Julião Urquia, que assumiu a freguesia de Miranda. Os Capelães Militares da fronteira auxiliavam na assistência religiosa à população civil, pois as guarnições militares eram melhor assistidas do que a população civil. Em Nioaque, por exemplo, o Capelão Militar Simão Moreira da Rocha ficou encarregado de aten-

⁶⁵ TAUNAY, Alfredo d’Escagnolle. *A retirada da Laguna*, pp. 134-36.

⁶⁶ A igreja foi inaugurada em 14 de outubro de 1877.

⁶⁷ SGANZERLA, Alfredo, Op. Cit., pp. 328-330.

⁶⁸ MELLO, Raul Silveira de. *A protetora do forte Coimbra*, pp. 20-6.

⁶⁹ MELLO, Raul Silveira de. *Heroicidade... e fé*: edição para comemorar o bicentenário do forte Coimbra (1775-1975). Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1972, pp. 47-53.

der esporadicamente a freguesia, pelo fato de não ter sido provida. Em 1876, frei Mariano realizou uma visita pastoral a Coxim e descreveu o povoado como um lugar abandonado e sem vida espiritual. A viagem durara um mês, de canoa, e havia o risco iminente de investidas dos índios Kaiapó. De acordo com o testemunho de frei Mariano de Bagnaia:

[...] há dois anos desde que lá estive em visita pastoral, não viram um sacerdote. Se não fosse a santidade do ofício que me leva a esta viagem que é a caridade evangélica, teria algum receio, porque últimamente os índios bravios invadiram o território, queimaram as casas da campanha⁷⁰.

Em 1882, frei Mariano realizou outra visita pastoral, para a desobriga pascal, em todas as paróquias da comarca do baixo Paraguai, por delegação do bispo. A viagem pela forania durou cinco meses. O ambiente religioso foi assim descrito por frei Mariano:

Não podeis imaginar o quanto é difícil implantar a religião católica entre os índios, que não possuem base de religião, a não ser práticas supersticiosas às quais estão fortemente apegadas sob a orientação de seus sacerdotes. Porém os povos que se dizem civilizados são mais selvagens do que os índios. Não enxergam nada além da matéria, são insensíveis à religião. Para eles tanto faz morrer como animais sem o conforto da religião. Quando vão à missa ou a algum ato religioso já se julgam no ápice da santidade e imunes de qualquer erro. Esta funesta conduta de tais cristãos (é evidente formados na seita da maçonaria) que tem seu domínio prejudica a vinha do Senhor e deixam escandalizados os próprios índios. Em vez de seguir a orientação do missionário só alimentam o ódio, desprezo e aborrecimento⁷¹.

Segundo frei Mariano, os indígenas cultuavam mais os mortos do que a população branca. Os cemitérios da comarca eram mal conservados e, por não terem muros, permitiam a livre circulação de animais. Os livros de registro paroquial às vezes não se encontravam na igreja, por se acharem sob o cuidado de leigos⁷². Em 1882, a colônia italiana de Corumbá solicitou uma missa para sufragar a alma de Giuseppe Garibaldi. Como o pároco não anuiu, recusando-se a officiar, vários indivíduos profanaram a igreja. D. Carlos Luiz d'Amour⁷³ interditou a igreja e, posteriormente, suspendeu o interdito até o retorno do frei Mariano⁷⁴.

⁷⁰ ACRJ, 14-V-39. Citado por SGANZERLA, Alfredo. Op. Cit., p. 314.

⁷¹ BAGNAIA, M. Memórias. In: Annali Francescani, n. 13, Milão, 1975, p. 227. Citado por SGANZERLA, Alfredo. Op. Cit., p. 192, 139.

⁷² SGANZERLA, Alfredo. Op. Cit., p. 195.

⁷³ O segundo bispo da diocese de Mato Grosso, D. Carlos Luiz d'Amour, integrava o elenco dos bispos reformadores, nomeados a partir da segunda metade do século XIX. D. Carlos foi preconizado em 28 de dezembro de 1876 e confirmado no consistório de 22 de setembro de 1877. Foi sagrado em 28 de abril de 1878, em Salvador – Bahia, assumindo a administração da diocese em 2 de maio de 1879. Co-

Outro problema que enfrentou foi a invasão dos direitos paroquiais por parte do pároco de Jataí, que pertencia à diocese de Goiás. Esse padre atuava em Santana do Paranaíba e Coxim, pois considerava a região como área de sua jurisdição. Frei Mariano puniu-o com suspensão, por atuar sem jurisdição, porém o padre continuou percorrendo a região. Os limites entre os dois bispados não foram resolvidos e continuaram as pendências entre frei Mariano, D. José Antônio dos Reis e o bispo de Goiás⁷⁵.

Em 1886, frei Mariano retirou-se de Corumbá, após ter recebido uma ação judicial que cobrava pagamento de serviços prestados e que não teriam sido pagos. Para administrar a paróquia, foi nomeado interinamente o padre Virgílio Franco da Silva, Capelão Capitão do corpo eclesiástico do Exército⁷⁶.

Ainda em 1886, o bispo de Cuiabá D. Carlos d'Amour realizou uma visita pastoral ao sul da diocese⁷⁷. A viagem durou cinco meses e vinte e um dias,⁷⁸ quando foram percorridas 650 léguas⁷⁹. Foram visitadas sete matrizes e cinco capelas filiais, várias fazendas e povoados, locais distantes das paróquias e sem assistência religiosa. A maior parte da viagem foi percorrida a cavalo ou em barcos. O término da viagem foi antecipado em razão da aproximação do inverno. As chuvas e as enchentes dos rios impossibilitariam o retorno a Cuiabá. As viagens pastorais eram um meio de o bispo conhecer a realidade religiosa da diocese, de inspecionar as paróquias e corrigir erros e abusos do clero e dos fiéis, a fim de conduzi-los à ortodoxia. A região apresentava-se como um espaço a ser incorporado à civilização, ao progresso e à Igreja Católica. A indefinição dos limites geográficos instigava, desafiava e impelia o missionário à ação e à conquista. A Igreja agregava à identidade de Mato Grosso o estigma de atraso religioso e os mato-grossenses deveriam ser amorosamente conduzidos a superar esse estado. Enfim, a visita pastoral era santificada pelo seu papel apostólico e civilizador, ao

mo reformador, procurou reforçar os laços com a Santa Sé e reverter a situação de lateralidade da Igreja Católica na sociedade. Seu objetivo era criar uma Igreja homogênea, centralizada e hierarquizada e diferenciava-se por sua piedade espiritualista, austeridade, zelo e pela disciplina eclesiástica. Na primeira carta pastoral, D. Carlos, analisou a situação religiosa: isolamento da Igreja das diretrizes emanadas do episcopado brasileiro e da Santa Sé; ausência de igrejas e estado precário das existentes; insuficiência dos recursos do Estado para manutenção do clero e igrejas; escassez de clero; seminário diocesano mal estruturado; grande extensão territorial; e necessidade de moralizar o clero e os costumes do povo. A diocese estava dividida em 16 freguesias e contava com 21 sacerdotes, sendo 16 nacionais e 5 estrangeiros.

⁷⁴ Nesse período, o Frei Mariano encontrava-se em viagem pastoral e a paróquia estava sendo administrada por um coadjutor. ADC, 31 jul. 1882.

⁷⁵ SGANZERA, Alfredo. Op. Cit., pp. 309-310.

⁷⁶ LUZ, Bento Severiano. Relatório da visita pastoral ao sul da diocese. In: LEITE, Luis Philippe Pereira. *Bispo do Império*. São Paulo: Resenha Tributária, 1979. p. 136.

⁷⁷ A comitiva episcopal era composta pelo cônego José Joaquim dos Santos Ferreira, secretário da visita; o cônego Bento Severiano da Luz, secretário particular; o Tenente Carlos Augusto Peixoto de Alencar; dois seminaristas e seis praças da cavalaria.

⁷⁸ A previsão da viagem era de três meses.

⁷⁹ Foram visitadas as paróquias de Livramento, Poconé, São Luís de Cáceres, Corumbá, Miranda, Santa Rita de Nioaque e as povoações de Vacaria e Campo Grande.

intervir para reeducar, corrigir e renovar as práticas religiosas a fim de incorporá-los à vida cristã e à civilização ocidental. No aspecto religioso, a viagem objetivava difundir a ortodoxia católica, promover a substituição das manifestações religiosas da população, consideradas errôneas e supersticiosas, por outras mais próximas ao modelo tridentino e corrigir erros e abusos do clero. A cultura dos mato-grossenses, ao distanciar-se do modelo proposto pela Igreja, era considerada incompleta e decadente. O trabalho missionário parecia interminável, pois sempre haveria novos sertões a serem descobertos e anexados e novas gentes para serem cristianizadas.

A situação física das igrejas e capelas foi retratada no relatório da visita pastoral. A maioria estava em mau estado de conservação, ameaçando desabar, e sob o cuidado de leigos. Poucas mereciam a denominação de igrejas. Em geral, eram pequenas e não comportavam nem um terço dos moradores do local. As alfaias e os paramentos eram insuficientes e os sinos, quando os havia, eram sofríveis. As igrejas não tinham a decência desejada por falta de limpeza; era comum encontrar em seu interior morcegos, aranhas e cobras. Os cemitérios também se encontravam abandonados. Em Miranda, para subir no púlpito, o padre teve que utilizar uma escada de carpinteiro, “que só em posição perpendicular o atingia: e agarrando-me aos degraus, lá fui. Ao descer vi-me bastante embaraçado; foi preciso deitar o corpo sobre a escada com o receio que tive de vir por ela abaixo, ajudado assim mesmo por circunstâncias”⁸⁰. Em Nioaque, a igreja foi considerada pequena, sendo considerada “sofrivelmente decente”, e os paramentos estavam deteriorados. A igreja localizava-se próxima ao quartel e possuía dois bancos, ao lado da porta principal, que eram utilizados para lazer, aspecto considerado inconveniente, por possibilitar encontros e desentendimentos entre indivíduos que não se preocupavam com a Igreja Católica. O cemitério não tinha muro, nem portão, permitindo a entrada de animais⁸¹. Em Corumbá, as obras da igreja de Santa Teresa, na praça do mesmo nome, estavam abandonadas e temia-se que assim permanecessem por muito tempo⁸². A igreja matriz foi considerada pobre em alfaias e paramentos, porém foi considerada de grandes proporções e de construção sólida. Ali, a maioria das benfeitorias religiosas foi construída pelos leigos. O cemitério tinha pequenas proporções e a capela do cemitério achava-se em ruínas⁸³. Em Campo Grande, a capela, construída em 1876, não tinha sino e estava em mau estado de conservação; o cemitério era pequeno, porém estava cercado e, além da cruz mal talhada, “nada mais tem digno de menção”⁸⁴.

Para reconstruir os edifícios religiosos e os cemitérios, foram compostas comissões para arrecadar recursos e administrar a construção. D. Carlos, muitas vezes, doou todo o rendimento da administração do sacramento da confirmação. Enfim, a pre-

⁸⁰ LUZ, Bento Severiano. Op. Cit., p. cit., p. 151.

⁸¹ Idem, p. 164.

⁸² Idem, p. 138.

⁸³ Idem, p. 151-152.

⁸⁴ Idem, p. 182.

sença da autoridade episcopal mobilizava, impelia todos à ação e à mudança. Sua partida implicava a retomada da rotina e muitos compromissos assumidos eram esquecidos ou eram realizados somente em longo prazo.

Cabe destacar que embora a historiografia relacionada à Guerra do Paraguai a partir, sobretudo da década de 1990, passou a abordar aspectos do conflito até então negligenciados, os temas relacionados à religião e religiosidade presentes na contenda ainda carecem de maiores pesquisas, constituindo-se assim em um campo fértil para novos e “antigos” pesquisadores. A figura de Frei Mariano foi elencada apenas como exemplo para o diálogo estabelecido nesse espaço, entretanto a presença de religiosos nos campos de batalha da Guerra do Paraguai e sua atuação no pós Guerra também se apresentam como uma seara a ser melhor abordada pelos pesquisadores da área. Frei Mariano é tido como um herói de guerra na historiografia que trata do tema e, em especial pelos memorialistas sul-mato-grossenses.

Artigo recebido em 30 de novembro de 2013.

Aprovado em 10 de março de 2014.